

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 125.ª Sessão Ordinária
Realizada em 2 de Agosto de 1973

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e David Federmann.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Aguiaraldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Costa — Armando Queiroz — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Emilio Carazzai — Igo Losso — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo e Wilson Brandão. (13).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Fernandes Luiz, ocorrido no dia 24 de julho próximo passado, no Município de União da Vitória.

Cognominado Capitão da indústria madeireira pela sua relevante atuação e dinamismo, radicou-se naquele Município há 40 anos, onde recebeu o título de Cidadão Honorário.

Era o Senhor Joaquim Fernandes Luiz, também pioneiro da indústria madeireira, construindo um dos maiores parques industriais de nosso Estado, vindo a contribuir dessa maneira, com uma grande parcela para o desenvolvimento da Região.

Deixou numerosa família e um dos seus filhos, ocupa atualmente o cargo de Prefeito Municipal de União da Vitória, Senhor Alcides Fernandes Luiz. Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste Requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, requerem regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de regozijo pela posse, hoje no Tribunal de Justiça, do Desembargador Aurélio Feijó.

Dotado de invulgar inteligência Jurídica e excepcionais méritos humanos o homenageado tem as indispensáveis condições para o exercício do cargo.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(aa) — Mauricio Fruet — Iris Caldart

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — os inestimáveis serviços prestados ao Estado do Paraná pelo Professor Pedro Viriato Parigot de Souza;

2 — o magnífico trabalho administrativo à frente da COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica — consolidando, coordenando e impulsionando a empresa, hoje motivo de justo orgulho de todos os paranaenses;

3 — que ao final de sua gestão foi projetada a Usina de Salto Ozório, a maior hidrelétrica do Sul do País, cuja construção atual está sob a responsabilidade da Eletrosul — Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — executada e fiscalizada pela COPEL;

4 — que entre as muitas homenagens que se prestou e que se prestará ao Ilustre homem público recentemente desaparecido, talvez uma das mais justas manifestações de apreço seria a denominação da Usina de Salto Ozório com o nome do ex-governador do Paraná.

Requeiro a Mesa, regimentalmente o envio de expediente a Diretoria da ELETROSUL — Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. submetendo a elevada apreciação de seus integrantes o inteiro teor deste Requerimento e sugerindo a adoção pela empresa da medida pleiteada.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(a) Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer a Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de Ofício ao Secretário dos Transportes e ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Piquiri entre os Municípios de Alto Piquiri e Assis Chateaubriand.

Tal solicitação prende-se ao fato de que atualmente a travessia do Rio Piquiri, é feito através de balsa ocasionando enormes filas de caminhões e grandes prejuízos, uma vez que, a estrada conta com muito movimento sendo a única via de escoamento para milhares de toneladas de cereais produzidos na região, cujo transporte está bastante dificultado em virtude da dificuldade daquela rio pelo sistema atual.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(a) — Mauricio Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário Requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Senhor Presidente do Banco do Brasil S.A., no sentido de que determine estudos, objetivando a instalação de uma Agência na cidade de Clevelândia.

Cidade cuja disposição topográfica situa-se no sudoeste paranaense, apresenta vida urbana desenvolvida e alta densidade econômica com recursos provenientes especialmente da área agro-pastoril, estando definitivamente integrada na dinâmica do processo de desenvolvimento do Estado.

Possuindo intensa atividade bancária, está de modo evidente, a exigir tal instalação, cujo atendimento notadamente eficaz, daria condições para uma mobilidade de mão muito maior, elevando, desta forma, o volume das diversas operações, e sobretudo motivando o empresariado local.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente

A futura safra de soja paranaense está seriamente ameaçada. Não existe semente com fartura e as poucas existentes no mercado estão cotadas a um preço absurdo. O lavrador que desejar adquirir semente de soja, tem que fazer o seu pedido a firmas especializadas que simplesmente o coloca na lista de interessados.

Não há ainda preço definido e na maioria das vezes até a quantidade ficará sujeita a confirmação futura. Sabe-se no entanto que algumas firmas já tem o preço mínimo de Cr\$ 240,00 a saca de 60 quilos e já fazem previsão de majoração de preço.

A prevalecer este critério a futura safra de soja estará inapelavelmente fadada a uma diminuição sensível de sua produção, e o Paraná perderá a grande oportunidade de reavivar a sua agricultura a muito decadente. O preço de quatro e até cinco cruzeiros por quilo de semente de soja que se quer criminalmente impor é um verdadeiro absurdo e fará com que muitos lavradores não tenham condições de adquiri-las, para cobertura de todas suas áreas. O preço tão elevado da semente de soja é um ato de impatriotismo e não encontra a menor razão.

Não é justo que a ganância desmedida de alguns possa por em risco todo o êxito de uma agricultura e no exato momento em que o Governo Federal, através os órgãos que lhes são subordinados, vem dando o maior apoio e incentivo que até hoje se teve conhecimento.

Vale ressaltar que a comercialização da safra de soja foi feita a preço inferior a cem cruzeiros a saca. Raríssimos casos poderão ter superado o preço referido, tanto para a soja destinada a industrialização ou exportação, como para a destinada ao preparo de sementes.

Considerando que quando do preparo da semente, o próprio "Resíduo" obtido na seleção alcança o mesmo preço comercial da soja, não existe razão que justifique o preço tão elevado para as sementes. É preciso que todos se concientizem da grandiosidade do programa do Governo Federal, no sentido de se conter a inflação. Precisamos de medidas urgentes, para se por paradeiro a desmedida ambição que porá em risco o extraordinário destino que está reservado a nossa agricultura.

Pelas razões aqui expostas e na certeza que este é um problema de todos, temos a honra de apresentar o presente Requerimento a apreciação dos Nobres Senhores Deputados, para após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Dr. José Moura Cavalcante, digníssimo Ministro da Agricultura e ao Senhor Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, ofício sugerindo as seguintes medidas:

a) — Levantamento geral das sementes existentes para comercialização.

b) — Fixação de preço máximo permitido, com penalidades severas aos infratores.

c) — Verificada a falta de semente e na impossibilidade de obtenção de sementes selecionadas de outras procedências, proceder estudos imediato, para o aproveitamento, mediante testes rigorosos de germinação, da soja a disposição da CACEX, conforme determinou a Resolução n.º 248, de 20 de fevereiro de 1.973.

d) — As sementes assim obtidas, "consideradas de emergência", seriam distribuídas aos lavradores ao preço de custo, e a sua produção seria obrigatoriamente destinada a industrialização.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1973.

(a) Rosário Pitelli

PROJETOS DE LEIS:

Projeto de Lei n.º 149-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Feira Municipal de Ciência, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná e promovida, anualmente, em Curitiba, pelo referido estabelecimento de ensino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(a) — Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

A Feira Municipal de Ciências, foi instituída pelo Colégio Estadual do Paraná, com a finalidade de estabelecer competição entre os estudantes do 2.º ciclo de todos os estabelecimentos de ensino do Município de Curitiba, concedendo-se prêmio àqueles que se sobressaírem em quaisquer ramos da Ciência.

A participação dos estudantes é feita através da apresentação de Projetos, versando sobre temas científicos e de interesse atual, já tendo sido realizadas, até esta data, quatro Feiras, despertando, todas elas, grande interesse de várias firmas técnicas e científicas.

Mais de 500 pessoas visitaram essa realização e apreciaram os trabalhos nelas apresentados pelos "Pequenos Cientistas" de hoje que serão, quem sabe, os "Grandes de Amanhã".

Essas as razões que nos levaram à apresentação deste Projeto, para o qual esperamos contar com o apoio e a aprovação da Casa.

Projeto de Lei n.º 151-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Sistema Estadual de Ensino o Ginásio Municipal "Rui Barbosa", da cidade e Município de Arapoti, deste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio Municipal "Rui Barbosa", da cidade de Arapoti, é um estabelecimento onde estudam atualmente cerca de 240 alunos e onde lecionam 27 (vinte e sete) professores, obrigando a Prefeitura Municipal dispor um montante mensal da ordem de Cr\$ 13.000,00 (três mil cruzeiros), somente para pagamento dos salários dos mestres. Existem, ainda, as despesas de manutenção, com verbas de pronto pagamento e serviços de terceiros, que elevam para cerca de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) o encargo mensal do Executivo Municipal, a fim de manter o estabelecimento em pleno e normal funcionamento. Ora, é evidente ser demasiado pesado o ônus de um só ginásio para aquela Prefeitura Municipal, que tem também sob sua responsabilidade cerca de 16 (dezesseis) escolas isoladas municipais, situadas em lugares distantes dos Distritos e em plena zona rural e que não podem ser abandonadas sob pena de infringência de dispositivo constitucional.

Assim, entendemos que o Poder Executivo poderia para aliviar aquela responsabilidade da Prefeitura Municipal e, simultaneamente, ampliar as faixas de ensino do Ginásio Municipal "Rui Barbosa", incorporá-lo ao Sistema Estadual de Ensino, com aproveitamento de seu atual corpo docente integrado, em sua totalidade, por professores legalmente habilitados para o exercício do magistério.

Outros motivos que poderíamos aduzir quanto à oportunidade do presente Projeto de Lei deixamos ao entendimento dos Nobres Deputados que, com integral vivência dos problemas financeiros das prefeituras municipais do interior do Estado, saberão bem justificar o apoio que encarecemos e esperamos para nossa Proposição.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Mauricio Fruet. — (Pausa).

Não estando presente o sr. Mauricio Fruet, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tivemos oportunidade, já desta Tribuna de focalizar, de tornar presente na Assembleia, a importância e o valor econômico e social do Oeste do Paraná. Abordamos também desta Tribuna a situação calamitosa das estradas daquela Região, que são vias fundamentais na afirmação de um progresso expressivo de uma das melhores regiões do Estado. A produção daquela Região é fabulosa. Acabamos de tomar conhecimento por exemplo, que fechou no setor soja, aquela Região, na presente safra, com uma colheita de mais de 8 milhões. Entretanto, não obstante os reclamos dos srs. Prefeitos, vereadores e deste Deputado, as estradas do Oeste do Paraná continuam cada vez mais raras; sem pontes, sem bueiros, completamente intransitáveis.

Há poucos dias, tivemos ocasião de ver na imprensa do Paraná, que o Ministério dos Transportes está para dar início a construção de três estradas. A Estrada Cascavel-Campo Mourão, a estrada Irati-Relógio e a estrada Santo Antônio da Platina-Ibaiti. Já é hora de começar a aparecer as estradas do Paraná, porque, relativamente aos demais Estados da União, o Paraná está bastante inferiorizado neste setor, com a presença do Governo do Estado.

O Estado do Rio Grande do Sul já construiu neste governo, 10 vezes mais estradas asfaltadas do que o Paraná; Santa Catarina, construiu muito mais do que o Paraná; Minas Gerais, muito mais; até o Nordeste, em muitos Estados, foram construídas muito mais estradas do que aqui no Paraná. Entretanto, e a despeito disto, o Oeste do Paraná está contristado, aborrecido, está preocupado; e sente-se até em situação humilhante, porque faz 8 anos que o Oeste do Paraná espera pelo início da construção da Estrada Cascavel-Toledo-Marechal Cândido Rondon e Guaira, fundamental de suma importância e de valor econômico extraordinário, tanto quanto ou mais que as outras estradas que estão para serem iniciadas no Paraná.

O povo daquela Região recebeu esta notícia e mais uma vez se sentiu relegada a um segundo plano aquela importantíssima Região do Estado, com este expediente protelatório do início daquela estrada. Pelo seu sentido econômico cruzaria uma das regiões de maior potencial econômico do Estado, de potencial agrícola fabuloso, interligando a BR-277 com as famosas e extraordinárias 7 Quedas, que tem um valor notável na indústria sem chaminés.

Em razão disto, e da solicitação de Prefeitos de nossa Região, especialmente de Toledo, Palmitina, Mal. Cândido Rondon e Guaira, estamos encaminhando telex ao excelentíssimo Ministro dos Transportes, através da Mesa desta Casa, e cujo teor é o seguinte: (Lê):

"Exmo. Sr. Ministro Transporte
Ministério Transporte
Brasília

Durante longos anos população Municípios Oeste Paraná aguarda início obras estrada Cascavel — Toledo — Mal. Cândido Rondon — Guaira via extraordinário sentido sócio-econômico via produção agro-pastoril maiores Brasil via grande interesse turístico motivado Sete Quedas via interligação Sul Mato Grosso via aspiração mais um milhão de habitantes via sofrem toda sorte agruras falta total estradas pt Desgraçadamente tomamos conhecimento através imprensa esta rodovia fica mais uma vez protelada seu início pt Entendemos via data venia via deva ser considerada tão prioritária quanto outras via formulando veemente apelo Vossa Excelência via nome toda região oestina via se digno determinar providências urgentes início importante obra pt.

Respeitosamente

(a) — Iris Mário Caldart"

Para que fique nos Anais desta Casa...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que o nobre orador tem um minuto para terminar sua oração.

O SR. IRIS CALDART — ... e para que através dela seja enviado ao Excelentíssimo Ministro dos Transportes, fazemos entrega do presente telex a esta Presidência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro inscrito, Deputado Alvaro Dias. (Pausa). Não se encontrando presente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tenho recebido constantemente de professoras do interior do Estado reclamações com respeito aos descontos feitos nas folhas de pagamento. Alegam as professoras que não autorizam os descontos e muitas vezes aparecem descontos na folha de pagamento de professoras que recebem importância inferior até ao salário mínimo.

No ano passado tive a oportunidade de encaminhar, a pedido de profes-

oras, mais de cem Requerimentos pedindo o cancelamento de descontos feitos.

Com muita dificuldade conseguimos cancelar esses descontos.

E, neste ano, sem qualquer autorização das professoras, continuam sendo feitos os mesmos descontos. Procuramos a Despesa Fixa e lá nos informaram que esses descontos eram remetidos pelo IPE para que os mesmos fossem feitos nas folhas de pagamento. E, por incrível que pareça, é remetido por certas firmas e companhias de seguro, uma papeleta amarela que vai às professoras do Interior para, dentro de oito dias, ser devolvida se as mesmas não concordarem com aquele desconto. Mas, quando a professora recebe essa papeleta já os oito dias estão vencidos. E, quando a professora requer o cancelamento é preciso mandar o Requerimento com firma reconhecida. E para ver se conseguimos sanar essa irregularidade, apresentamos um Projeto de lei nos seguintes termos: (Lê):

Projeto de Lei n.º 150-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os vencimentos, remuneração e proventos dos integrantes do magistério público, não sofrerão descontos de qualquer natureza, salvo os previstos em Lei, sem sua prévia autorização por escrito e com firma reconhecida.

Parágrafo único: — As autorizações para descontos, já concedidas, deverão ser renovadas, obedecendo as determinações deste artigo, no prazo de sessenta (60) dias a contar da data da publicação da presente Lei.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Gilberto Carvalho

JUSTIFICAÇÃO:

A medida preconizada decorre da necessidade urgente de se colocar um ponto final nas irregularidades que se vem verificando, de há muito, com os vencimentos do pessoal do Magistério, os quais são onerados com descontos que não os previstos em lei e, na maioria dos casos, sem o seu expresso consentimento.

Era só Senhor Presidente: (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Através de um Requerimento nosso, vimos solicitar a Casa para que providências sejam tomadas a fim de garantir o futuro da safra de soja paranaense.

Já percorremos todo o Interior do Paraná e pudemos verificar que a falta de sementes de soja é uma realidade evidente. E se providências não forem tomadas urgentemente, termos uma safra bastante reduzida para o futuro, o que não é bom para o Paraná. A Agricultura paranaense vem sofrendo, desde há muito, falhas lastimáveis. E a soja que vem sendo produzida de uma maneira muito boa em todo o Interior do Estado, terá sua produção reduzida se providências não forem tomadas para aquisição de sementes. Lembramos que o Banco do Brasil, através da CACEX, adquiriu soja e para cada três toneladas de soja exportável uma deveria ficar para fornecer o mercado interno. E lembramos ao Sr. Secretário da Agricultura, que o preparo da semente de soja é muito fácil, não tem problema nenhum. Após feito o teste, a semente poderia ficar para suprir o mercado consumidor que está carente. E o sr. Secretário da Agricultura tomando conhecimento de nosso pronunciamento, nos remeteu, há poucos minutos, um ofício do qual nos encaminhou cópia da Resolução 169-73, baixada hoje por S. Exa.

Diz o seguinte à Resolução 169-73:

"O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura no uso de suas atribuições e considerando a evidente carencia de semente de soja de qualidade satisfatória no Estado;

considerando o aumento da futura área plantada;

considerando que para o Estado é inconveniente a tração no cultivo da soja em virtude da deficiência e falta de semente;

e considerando, finalmente, o contido na Resolução da Comissão Estadual de sementes e mudas do Paraná — CEMSP Pr. resolve:

"Art. 1.º — ALTERAR em caráter excepcional, a Resolução n.º 405-72 de 18 de julho de 1972 no Art. 1.º, letra "B", na parte referente ao padrão de germinação de semente de soja, de 75% para 70% para sementes produzidas na safra de 72/73.

Art. 2.º — Respeitadas as Leis e normas atinentes à matéria, bem como, as demais regras que disciplinam o comércio e financiamento de sementes, a presente Resolução perderá sua vigência em 31 de dezembro do ano em curso.

CUMPRASE

Curitiba, 2 de agosto de 1973.

As.) Nelson Ferreira Brandão

Secretário de Estado"

Queremos registrar desta Tribuna esta Resolução baixada pelo Sr. Secretário como conhecedor profundo do problema de sementes, que também vai auxiliar para que no futuro a safra de soja não seja prejudicada.

É evidente que só essa medida não será suficiente para suprir o mercado, mas essa medida vai trazer algumas vantagens para que se possa plantar e financiar uma soja com um teor de germinação melhor.

Isso será superado, porque poderá se sobrecarregar o plantio e estaria resolvido o problema, parcialmente.

Queremos desta Tribuna cumprimentar o Sr. Secretário de Agricultura por essa resolução tomada que veio amenizar, pelo menos em parte, a situação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Igo Lossó. — (Pausa). Não se encontrando presente o Sr. Deputado Igo Lossó, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Sr. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 53-73, que assegura na aposentadoria, as vantagens do artigo 172, inciso 3.º, da Lei n.º 6.174 de 16-11-70, ao Servidor Público Estadual ex-integrante da F.E.B., como especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 53-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a assegurar ao Servidor Público Estadual, após 2 (dois) anos de efetiva percepção, comprovada a sua participação em frente de combate, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, a incorporação aos vencimentos, por ocasião da aposentadoria, da Gratificação prevista no Artigo 172 (cento e setenta e dois), Inciso III (três), da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05-06-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Lázaro Dumont

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 33-72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELAPAR, o imóvel que especifica, situado em Caiobá, Município de Matinhos. Parecer favoráveis da C.C.J., C.T.I.C. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 205-72, aprova acordo n.º 07-72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando diagnóstico institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, conforme protocolado n.º 3.447-72, da SUDESUL. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 216-69, de autoria do Dep. Ernesto Moro, que declara de Utilidade Pública o Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que transforma em Colégio Estadual Professor João Mazzarotto, o atual Ginásio Estadual Professor João Mazzarotto de Santa Felicidade nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Aracy de Lara Machado, viúva de ex-Funcionário Público Estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 122-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Aracy de Lara Machado, viúva de Luiz Teixeira Machado, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1972

a) — Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por objetivo amparar, em parte, a situação precária de saúde em que se encontra a beneficiada, pois conta com idade avançada e praticamente sem condições de prover a sua própria subsistência.

Viúva há vários anos, vem lutando com sérias dificuldades a fim de amenizar os seus males, pois não possui recursos para se tratar.

Justo, por conseguinte, que o Poder Público venha e auxílio da Senhora Aracy Lara Machado, concedendo-lhe este modesto benefício.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, para o qual esperamos contar com total apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Pelo caráter meramente autorizatório, o presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, merece aprovação.

Sala das Comissões, 29-11-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Emílio Carazzai, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Cândido M. de

Oliveira, Ovidio Franzoni.

PROJETO DE LEI N.º 122-72

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 122-72

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Aracy de Lara Machado, viúva de ex-funcionário público estadual.

PARECER

A justificativa nos convence da justiça e do valor humanitário da presente proposição. Como se trata de mera autorização, esta Comissão não encontra

nenhum impedimento de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24-4-1973

aa) — Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Gilberto Carvalho

Álvaro Dias

João Fadel.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que retifica o artigo 1.º da Lei n.º 6.115, ficando declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande", com sede na cidade de Prudentópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 200-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Retifica o artigo 1.º da Lei n.º 6.115, ficando declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande", com sede na cidade de Prudentópolis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1972

a) — Dep. Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei n.º 6.115 publicada no Diário Oficial n.º 77 de 24 de junho de 1970, foi declarada de Utilidade Pública a Sociedade de São Basílio o Grande com omissão da palavra Instrutiva, tornando-se necessário a retificação pela presente lei, conforme consta dos estatutos da Sociedade arquivados com o Projeto n.º 31-70 desta Casa.

A Sociedade tem sua sede social em Prudentópolis, conforme publicação no Diário Oficial n.º 18 de 21 de março de 1970, mas cuja jurisdição atinge todo o território nacional, tendo paróquias em São Paulo (Capital) e em Santa Catarina.

É uma Sociedade de largo âmbito educacional e social, em Curitiba tem o Seminário Maior (Clássico e Filosofia), em Prudentópolis o Seminário São José (Ginásio).

É uma medida de justiça, a retificação da lei n.º 6.115, motivo porque solicito a aprovação dos Nobres Colegas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 200-72

AUTOR: Dep. Francisco Escorsin

SÚMULA: Retifica o artigo 1.º da Lei n.º 6.115

PARECER

I — O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, objetiva dar nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6.115 de 19.06.72, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande, com sede e foro na cidade de Prudentópolis.

II — Quanto ao aspecto legal ou constitucional que cabe a esta Comissão apreciar, nada há que se oponha, motivo pelo qual somos pela sua aprovação.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973

aa) — Nelson Buffara — Presidente (em exercício)

Igo Losso — Relator

Ive Tomazoni

Antônio Lopes Júnior

Paulo Camargo

João Fadel

Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 200-72

AUTOR: Dep. Francisco Escorsin

SÚMULA: Retifica o Artigo 1.º, da Lei n.º 6.115, que declarou de Utilidade Pública a "Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande", com sede e foro na cidade de Prudentópolis, Pr.

PARECER

1.) Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 200-72, de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, que retifica o Artigo 1.º, da Lei n.º 6.115, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande, com sede e foro na cidade de Prudentópolis, Pr.

2.) No que se refere a esta Comissão de Finanças e tendo em vista estar o Projeto de Lei em análise correto em seu aspecto formal, não há como negar-se aprovação ao mesmo.

É o parecer. s.m.j.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1973

aa) — Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente

João Fadel — Relator

Gilberto Carvalho

Antônio Lopes Júnior

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Júlio Chevalier, também denominada Fundação Júlio Chevalier, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 206-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Júlio Chevalier, também denominada Fundação Júlio Chevalier, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1972

a) — Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Argumento superior a qualquer outro que pudessemos aqui utilizar para justificar o presente Projeto é o que vem expresso no artigo 1.º dos Estatutos da Sociedade Júlio Chevalier, anexado a este.

Nada mais justo e oportuno, portanto, que se reconhecer a utilidade pública.

blica de sociedades como esta que, despidas de quaisquer interesses lucrativos, preocupam-se, unicamente, com a educação, com a caridade e com o bem estar social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 206-72

PARECER

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, o Projeto em questão trata do reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Júlio Chevalier, entidade de fins beneficentes filantrópicos e assistenciais, sediada nesta Capital.

O exemplar de Estatuto que acompanha o processo indica que as exigências da lei estão ali perfeitamente satisfeitas, comprovando a natureza pública da organização.

Opino pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 11 de abril de 1973

aa) — Antônio Franco F. da Costa — Presidente

Antônio Lopes Júnior — Relator

Ivo Tomazoni

Ovidio Franzoni

Quielise Crisóstomo da Silva

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 206-72

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Júlio Chevalier, desta Capital.

PARECER

1.) O nobre Deputado Wilson Fortes pretende, com este Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a Sociedade Júlio Chevalier, também denominada Fundação Júlio Chevalier, sediada nesta Capital.

2.) Inexiste implicações de ordem financeira que impeça o projeto de prosperar em seu trâmite nesta Casa, razão por que nos manifestamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

aa) — Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Antônio Lopes Júnior

João Fadel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 214-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 214-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1972

a) — Deputado Alvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Esportiva Higienópolis é uma sociedade civil, composta de número ilimitado de sócios que, sem distinção de nacionalidade, culto e sexo, procura difundir o civismo e a cultura física, principalmente futebol, entre a mocidade de Londrina.

A sua declaração, como utilidade pública, é de uma importância fundamental para que consiga prosperar e realizar as suas grandes metas estatutárias.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 214-72

AUTOR: Dep. Alvaro Dias

SÚMULA: Visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, da cidade de Londrina.

PARECER

1.) O Nobre Deputado Alvaro Dias pretende, com este Projeto de Lei, declarar de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na cidade de Londrina.

2.) Pelas razões expendidas na justificação do Projeto, a medida nele substanciada se nos afigura justa, pelo que nos manifestamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

aa) — Antônio F. F. da Costa — Presidente

Nelson Buffara — Relator

Antônio Lopes Júnior

Quielise Crisóstomo da Silva

Ivo Tomazoni

Ovidio Franzoni

Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 214-72

AUTOR: Dep. Alvaro Dias

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na cidade de Londrina.

PARECER

Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão opinar, não encontramos nenhuma implicação financeira. A matéria já veio devidamente justificada, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

aa) — Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Maurício Fruct e Iris Caldart, constante do Expediente, solici-

tando voto de regozijo, pela posse, hoje, no Tribunal de Justiça do Desembargador Aurélio Feijó. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Fernandes Luiz. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja enviado Expediente a Diretoria da ELETROSUL, submetendo a elevada apreciação de seus integrantes o inteiro teor do Requerimento e sugerindo a adoção pela empresa da medida pleiteada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., no sentido de que determine estudos, objetivando a instalação de uma Agência na cidade de Clevelândia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Fiquiri, entre os Municípios de Alto Piquiri e Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura e Sr. Secretário da Agricultura, sugerindo medidas para garantir o abastecimento de sementes de soja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, lido da Tribuna, solicitando seja enviado ao Sr. Ministro dos Transportes, Telex formulando veemente apelo em nome da região oeste, no sentido de que se digna determinar o início das obras da estrada Cascavel - Toledo - Mal. Cândido Rondon - Guaira. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, às 10,00 horas, sexta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs. 146-73 e 147-73.
Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e três na Sala das Comissões, às 16,30 horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise C. da Silva, contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho e Alvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes Projetos: PROJETO DE LEI N.º 353-68 — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que dispõe sobre a necessidade de aprovação, pela Secretaria de Educação e Cultura, de construções escolares. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 125-69 — de autoria do Senhor Deputado José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo, criar a partir de 1970, um colégio estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer com substitutivo — favorável. PROJETO DE LEI N.º 123-70 — de autoria do Senhor Deputado José Alencar Furtado, que dá onça redação aos artigos 70, 95 e 102 da Lei n.º 5.871 de 6 de novembro de 1968. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 283-70, de autoria do Senhor Deputado Pinto Dias, que cria no Município de Tapira, o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, com os limites que especifica. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 177-71 — de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que acresce do parágrafo que especifica, ao artigo 84, da Lei n.º 5.871 de 6.11.68. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 188-72 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato e Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, da cidade de Mandaguari. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 218-72 — de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, que propõe ex-emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72 — Adita e suprime redação que especifica, ao número 16, do artigo 56 do projeto acima referido. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 40-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo instituir a "Festa do Soja" no Município de Palotina, cuja efeméride dar-se-á no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares, a partir de 1973 e denomina a sede do referido Município de "Capital do Soja". Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 52-73 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Fundação Boutin, com sede nesta Capital. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 60-73 — de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir estrada que dê acesso a sede do Município de Bituruna até a Rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória neste Estado, até Erechim no Estado do Rio Grande do Sul. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 79-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 45-73 encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar novos vencimentos mensais dos Cargos em Comissão de dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Voto vencido do Senhor Deputado João C. Fadel. PROJETO DE LEI N.º 91-73 — de autoria do Senhor Deputado Cândido M. M. de Oliveira, que declara de utilidade pública a "Congregação Mariana de Jovens da Catedral", com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 94-73 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct, que determina fixação obrigatória de créditos para realização de despesas pela administração pública da administração indireta, com publicidade. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 102-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que proíbe o uso de livros estrangeiros nas escolas públicas. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 107-73 — de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 49-73, encaminhando anteprojeto de lei que isenta do Imposto sobre Transmissão de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin — parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 109-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco F. da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Guaraniáçu, 6 (seis) tratores na forma que especifica. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO

DE LEI N.º 111-73 — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria dos Transportes, uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva e Antonina. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 113-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 50-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva acrescentar dispositivos ao artigo 3.º da Lei n.º 6.210, de 2.08.1971. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 99-73 — aprova convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os órgãos que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer com substitutivo — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição 105-73 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Guaratuba, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local mediante aplicação de dotações do Funrespol e verbas do respectivo Município. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 211-72 — aprova convênio celebrado entre o Ministério de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação técnica e capacitação de recursos humanos. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quíelise C. da Silva — Presidente

Teresinha B. M. e Claro — Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 7.a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, presentes os Senhores Deputados Arthur de Souza, Lázaro Dumont, Agnaldo Pereira Lima e Antonio Belinati. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N.º 147-72 — de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho, relator Senhor Deputado Agnaldo P. Lima, parecer favorável aprovado. PROJETO DE LEI N.º 212-72 — de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o Município de Marmeleiro ao de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina, relator o Deputado Agnaldo P. Lima, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 43-73 — de autoria do Senhor Deputado Quíelise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo através a Secretaria dos Transportes, proceder asfaltamento da Rodovia que liga a sede do Município de Colorado à Rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã, relator Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a

presente Ata, que depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo Senhor Deputado Presidente.

aa) Francisco Borsari Neto — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 8.a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, presentes os Senhores Deputados, Arthur de Souza, Lázaro Dumont, Agnaldo Pereira Lima e Antonio Belinati, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à ORDEM DO DIA. — PROJETO DE LEI N.º 208-72 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo proceder através do Departamento de Estradas de Rodagem, serviços de retificação e revestimento básico do trecho de estrada que liga Xangri-Lá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá, relator Deputado Antonio Belinati, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo Senhor Deputado Presidente assinada, bem como por mim Secretário.

aa) Francisco Borsari Neto — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 520-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o infausto passamento do Excelentíssimo Senhor Pedro Viriato Parigot de Souza, Governador do Estado do Paraná, na data de hoje, nesta Capital;

CONSIDERANDO que o ilustre extinto exercia o mandato de Governador, conduzindo-se de forma a honrar e enaltecer o Poder Executivo, pelas excepcionais qualidades de homem público, sempre voltado à defesa dos interesses do nosso Estado;

CONSIDERANDO que na liderança política deste Estado, ou no exercício das mais distintas e altas funções públicas, o saudoso Governador, prestou relevantes serviços ao Estado do Paraná e aos paranaenses em geral;

CONSIDERANDO, finalmente, a lacuna que a sua irreparável perda abriu no seio da família paranaense;

R E S O L V E:

Art. único — A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná guardará luto oficial por sete dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do ilustre Governador Pedro Viriato Parigot de Souza.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de julho de 1973

OSVALDO DOS SANTOS LIMA — Presidente

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 521-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o falecimento do Governador do Estado do Paraná, Pedro Viriato Parigot de Souza, ocorrido em data de hoje.

R E S O L V E:

Artigo único — suspender o expediente da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no dia 12 de julho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de julho de 1973

OSVALDO DOS SANTOS LIMA — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário